Volume 13, nº 2, 2025
https://doi.org/10.30620/gz.v13n2.p231

Grau Zero
Revista de Crítica Cultural

# RESENHA DO LIVRO POVOS INDÍGENAS EM SERGIPE: CONTRIBUIÇÃO À SUA HISTÓRIA

**Luiz Fernando Lima Passos**
*Universidade Federal de Sergipe – UFS*

DANTAS, Beatriz Góis. *Povos indígenas em Sergipe*: contribuição à sua história. Criação Editora: Aracaju; Theya: Lisboa, 2024.

O livro da historiadora Beatriz Góis Dantas é uma coletânea reunindo alguns dos artigos mais importantes do início da sua carreira, tempo em que a pesquisadora se dedicou a reunir e interpretar historicamente fontes acerca dos povos indígenas em Sergipe, que eram tidos nos anos 60 e 70 do século XX como extintos pelo público geral. As pesquisas da autora buscaram, então, entender o que aconteceu com os povos nativos em Sergipe e em que momento eles "desapareceram" da história, através da busca e classificação de fontes realizada pela própria pesquisadora os indícios são, não de um desaparecimento, mas de um projeto intencional de apagamento dos povos indígenas que começou a ser revelado através dos seus artigos, agora reunidos em forma de livro.

A autora realiza uma intepretação histórico-crítica das fontes primárias, especialmente fontes que representavam o ponto de vista da sociedade dominante, que ela mesma reuniu e organizou em diversas instituições como o Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes), a Biblioteca Pública Epiphanio Dória e outras que já estavam disponíveis em instituições como a Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro; também estão presente ao longo da obra importantes relatos de viagem, especialmente europeus, muito embora contaminados com o etnocentrismo dos seus autores, o que já era esperado, tais fontes nos ajudam a entendermos como viviam os povos indígenas em Sergipe ao longo de eras distintas.

Como referencial teórico, a autora cita obras de grandes referências no estudo dos povos indígenas no Brasil, tais como Manuela Carneiro da Cunha e Darcy Ribeiro, e uma menção eventual de Caio Prado Junior que também contribui para a construção de uma noção de autonomia dos povos indígenas bem presente na obra da historiadora.

O livro é composto por seis artigos que formam os capítulos da obra, além de uma apresentação, uma introdução, uma seção de agradecimentos e um posfácio, onde é possível acompanhar a formação e evolução histórica de alguns aldeamentos indígenas na antiga capitania de Sergipe Del Rey, sua relação com outros grupos indígenas, missionários católicos e os proprietários de terra da capitania, ressaltando a capacidade de atuação dos nativos, que ora estavam aliados aos governantes, ora se rebelavam contra eles, numa argumentação destacada da autonomia dos indígenas que não era comum na historiografia do período.

**Submissão**: 20 mar. 2025 ⊶ **Aceite**: 10 out. 2025

BY-SA

No primeiro capítulo intitulado *História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe,* a historiadora realiza uma reconstituição das dificuldades para encontrar e classificar fontes sobre os nativos sergipanos, além de detalhar a metodologia utilizada por ela e sua equipe para a classificar as diversas fontes relacionadas aos povos indígenas sergipanos. A autora ressalta que a dificuldade de as fontes não terem sido escritas diretamente pelos indígenas, representando-os de diferentes formas, oram extremamente positivas ou negativos, mas dificilmente neutras, não pode ser utilizada como uma desculpa para não se tentar recontar a história dos povos nativos, a autora nos convida a enxergar além do texto do documento buscando outras fontes do período analisado que possam nos ajudar a termos uma visão crítica das fontes consultadas. Além da própria dificuldade de encontrar fontes primárias não deve paralisar o pesquisador, já que essa busca pode render grandes frutos, como ocorreu com os indígenas Xokó que conseguiram reaver as suas terras a partir da descoberta do documento que formalizava doação de terras do aldeamento em que viveram os seus ancestrais, realizada pelo governo imperial português no século XVIII.

No segundo capítulo *A missão indígena do Geru,* a pesquisadora realiza uma cronologia da missão do Geru em suas distintas fases históricas, seja sob administração dos carmelitas, posteriormente dos jesuítas no fim do século XVII, as dificuldades após a expulsão dos inacianos, e a desilusão em reaverem suas terras originais após a lei de terras de 1850, que foi subvertida pelos proprietários locais para afirmar que aqueles que viviam nas proximidades da antiga missão do Geru não eram indígenas "puros", não merecendo então o controle daquela terra. No aldeamento foram realizados alguns progressos notáveis, especialmente por obra do missionário jesuíta Mamianni, responsável por uma campanha de arrecadação que resultou em uma bela igreja no aldeamento e da elaboração de um catecismo na linguagem Kiriri que contribuiu para evangelização dos indígenas da região. O capítulo se encerra relatando quando a região deixa de ser considerada um aldeamento indígena, quando os indígenas são obrigados a abandonarem Geru e mudarem-se para a Chapada, região florestal nas margens do antigo aldeamento que começa a contar com o acompanhamento dos religiosos católicos, o que não traz tranquilidade para comunidade, como aponta a autora:

> Essas viagens vão se tornando cada vez mais raras à medida em que, na Chapada, fundam-se cemitérios e erige-se a igreja, de modo que, no ano de 1869, pôde o pároco Antonio Muniz Bitencourt dizer que os índios "já não se lembram do Geru". Enquanto isso, na nova aldeia da Chapada, continuaram os conflitos dos índios com os regionais, com os quais, apesar de mais de três séculos de contato, não se identificaram e continuaram afirmando-se índios, mesmo que sua cultura tradicional estivesse já bastante modificada (Dantas, 2024, p. 79).

No terceiro capítulo *'Índios e brancos em conflito pela posse da terra: aldeia de Água Azeda – Século XIX'*, a autora nos relata a evolução histórica da aldeia de Água Azeda, que diferentemente da aldeia de Geru, se localizava nas proximidades da capital da província, o que foi sempre a raiz dos conflitos entre a administração local e os nativos, já que a capital esteve, de maneira geral, abastecida em termos de mão de obra, levando a administração a enxergá-los

como obstáculos a expansão das pastagens. Ressaltando o processo da administração local de por várias vezes tentar mover os indígenas para outros locais, como a própria Geru, e a indefinição do governo central em demarcar as terras dos indígenas, a autora nos demonstra como os aldeados de Água Azeda realizaram uma verdadeira campanha de resistência ao longo de séculos para se manterem nas terras que lhe foram garantidas aos seus ancestrais na segunda metade do século XVII em meio as constantes pressões dos proprietários locais.

> Várias tentativas são feitas para transferir definitivamente os índios para o Geru, redundando em fracasso, pois, apesar das ameaças do uso da força, os índios estavam decididos a permanecer na terra dos seus ancestrais (Dantas, 2024, p. 111).

Durante o quarto capítulo *A Missão de São Pedro do Porto da Folha e os Xokó em Sergipe* a historiadora aborda a construção de um aldeamento nos 'sertões', como foi o caso dos indígenas Xokó em Porto da Folha, que foram aldeados durante o período inicial da colonização em alguns aldeamentos, muitas vezes reunindo nações distintas, começaram a ser construídos ao longo do rio São Francisco. Como em outras localidades os Xokó disfrutaram de relativa segurança até a expulsão dos jesuítas em 1759, que só vai ser retomada com a chegada dos capuchinhos italianos na segunda metade do século XIX. Apesar das constantes tentativas por parte dos indígenas de manterem o controle das suas terras, a campanha dos proprietários locais se torna mais intensa no final do século XIX, quando são obrigados a deixarem o local da antiga missão com a venda do terreno. Segue-se, então, uma fase de viagens dos indígenas para a capital do país, em certos períodos, Rio de Janeiro, em outros Brasília numa busca por reconhecimento legal do seu direito a terra, mas sem grandes sucessos, quando da escrita do artigo nos anos 70 do século XX, onde os indígenas Xokó estavam ocupando a área da antiga missão, ao invés de continuarem na espera pelo reconhecimento do seu direito de posse.

> Os índios, agora respondendo a vários processos judiciais movidos pelos Brito, recorreram à Fundação Nacional do Índio (Funai)na esperança de que a propriedade da terra doada aos seus antepassados, e pela qual vêm lutando secularmente, lhes seja enfim assegurada (Dantas, 2024, p. 184).

No capítulo V, *Tupimania na historiografia sergipana*, a autora realiza uma tentativa de reduzir as generalizações mais comuns da historiografia sergipana do período, que reduziam os indígenas sergipanos a tupis ou tapuais e os missionários católicos aos jesuítas, esse é um capítulo de divulgação da diversidade étnica e linguística dos nativos, além da presença de diversas ordens religiosas católicas ao longo da história de Sergipe. De acordo com o levantamento da própria pesquisadora houveram 18 grupos indígenas ao longo da história de Sergipe, embora, ela relate que novos estudos com o auxílio da arqueologia podem fazer crescer esse número.

No capítulo VI, *Entre a lei e a revolta: índios no Nordeste no século XIX*, a autora relativiza a visão que muitos dos visitantes europeus tiveram dos indígenas brasileiros, os representando como seres dóceis e passivos em relação a um futuro pouco promissor para as suas nações.

A historiadora aponta diversos exemplos, como o dos grupos indígenas que participaram da Guerra dos Cabanos, que durante o avançar da guerra integraram tanto forças rebeldes quanto serviram como tropas auxiliares do governo central, a depender do cálculo estratégico das suas lideranças sobre o que seria mais interessante para eles nos diversos momentos em que a guerra durou. A intenção de Dantas ao longo do capítulo é demonstrar como essa suposta passividade não se confirma historicamente a partir da documentação consultada, com os grupos nativos de Sergipe e do Nordeste como um todo reagindo ao que perceberam como uma ameaça aos seus direitos, sendo rebelando-se contra o governo regional ou central, ou em outros casos aliando-se a ele numa tentativa de reconhecimento dos seus direitos a partir de uma troca com a sociedade envolvente. Nos tempos mais recentes a disputa tem se dado não no campo de batalha, mas no campo legal, sem se perceber uma passividade dos grupos indígenas ou uma disputa mais facilitada, de acordo com as palavras da historiadora:

> Nesse complexo jogo de forças não conseguiram, contudo, reverter o processo de extinção dos aldeamentos, por meio dos quais se legalizava a espoliação de suas terras. No final do século, antigas propriedades coletivas foram doadas a Câmaras Municipais, outras loteadas entre famílias indígenas, ou transformadas em propriedade particular de fazendeiros, que delas podiam se apropriar por diversos meios. No entanto, alguns dos aldeamentos que foram legalmente extintos no século XIX, posteriormente, reconquistaram reconhecimento dos seus direitos sobre terras e uma identidade étnica diferenciada (Dantas, 2024, p. 221-222).

Os estudos da professora Beatriz Góis Dantas reunidos no livro analisado tem vários méritos, através de uma linguagem clara e bem expositiva a autora consegue ao longo dos capítulos responder a questão inicial feita pelos seus alunos, e que a autora relata durante o primeiro capítulo, do que teria acontecido com os indígenas sergipanos, em que momento eles teriam "desaparecido" da história, a documentação organizada e classificada pela pesquisadora serviram de base para as pesquisas empreendidas por ela e por diversos pesquisadores que também consultaram a mesma documentação.

Através da argumentação da autora percebemos que o "desaparecimento" dos indígenas sergipanos foi, na verdade, uma estratégia utilizada pelos grandes proprietários locais para "apagar" os indígenas e assim, se apoderarem mais facilmente das suas terras, embora nem sempre tenham tido sucesso no seu intento, devido a resistência dos indígenas, conseguiram galvanizar a ideia de que o indígena era um ser quase mítico que já não habitava mais as terras sergipanas.

Também fica evidente através do seus estudos o quanto que a relação entre indígenas e a sociedade envolvente era mais complexa do que as generalizações em relação a esse contato supunham, com os indígenas representando diversos papéis nesse jogo social, ora aliados, ora inimigos do governo regional, buscando resistir e manter o máximo possível da sua autonomia tão atacada ao longo de séculos com a insistente tentativa dos senhores locais de apropriarem-se das terras que lhes foram concedidas, principalmente durante os séculos XVI e XVII para que vivessem aldeados.

O livro é, então, um produto organizado para alunos de graduação e pós-graduação que estejam interessados em conhecer mais sobre os grupos nativos de Sergipe e suas mudanças ao longo do tempo e especialmente sobre o processo de "desparecimento" dos grupos nativos em Sergipe, contanto com um bom suporte das fontes e uma metodologia sólida, sem deixar, também, de apresentar uma linguagem agradável àqueles que se dedicarem a esse estudo.

Como ponto negativo podemos citar uma certa desconexão entre os últimos dois capítulos e o restante do livro, enquanto nos primeiros capítulos acompanhamos a jornada de grupos indígenas sergipanos de uma forma geral, ou de maneira específica com estudos de caso, o quinto capítulo se apresenta como uma discussão metodológica do que seria e de quantos grupos indígenas existiram em Sergipe, enquanto que o capítulo derradeiro se detém em ampliar o escopo de analiso para demonstrar como a revolta estava presente entre os grupos indígenas nordestinos, como um todo não só sergipanos, o que se constitui como um desvio de foco em relação ao título que se refere aos grupos indígenas localizados especificamente em Sergipe. Essa situação, porém, não compromete os méritos da obra, mas pode frustrar o leitor que deseje conhecer mais sobre os indígenas sergipanos, de maneira exclusiva.